

A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Avaliação de Ativos Intangíveis de Companhias Abertas Brasileiras

FLAIDA ÊMINE ALVES DE SOUZA
Universidade Federal de Uberlândia
flaidaemine@yahoo.com.br

MÁRCIA HELENA DA SILVA
Universidade Federal de Uberlândia
marcia@cacc.com.br

PATRÍCIA DE SOUZA COSTA
Universidade Federal de Uberlândia
patricia@facic.ufu.br

A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Avaliação de Ativos Intangíveis de Companhias Abertas Brasileiras

1 INTRODUÇÃO

Vários países, a exemplo do Brasil, Canadá, Egito, Espanha, Grécia e Reino Unido adotaram as *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS) (DELLOITE, 2012), que são normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), como forma de convergência das práticas contábeis. Após discutir as vantagens e expectativas em relação à adoção das IFRS, Lima (2010, p.11) coloca que a crença é que “uma linguagem comum internacional poderá trazer grandes benefícios para a elaboração de análises econômico-financeiras das empresas de países e regiões diferentes”. Dentre esses benefícios está a melhoria na qualidade, a transparência e a utilidade da informação contábil a ser divulgada e a redução das divergências entre as regras contábeis, o que se espera, resulte um maior grau de comparabilidade dos relatórios financeiros, objetivo das IFRS (CHAND; WHITE, 2007; CAIRNS *et al.*, 2010; IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Quanto ao Brasil, a adoção às normas internacionais de contabilidade veio ao encontro desse movimento mundial de convergência e, segundo Oliveira e Lemes (2011), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou a Instrução 457/2007, tornando obrigatória a adoção das IFRS para as companhias abertas brasileiras a partir do exercício findo em 2010. A intenção ao se aderir às normas internacionais de contabilidade foi corroborar com a tendência mundial de convergência, tencionando a acessibilidade ao mercado global de capitais (OLIVEIRA; LEMES, 2011).

É nesse cenário que se analisam as escolhas contábeis, que são critérios alternativos de reconhecimento, mensuração e evidenciação contidos nas normas internacionais e cuja escolha por esse ou aquele método, essa ou aquela forma de evidenciação pode ser influenciada pela existência de externalidades, custos de agência e assimetria informacional, afetando, assim, a comparabilidade (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001; PAULO, 2007; CAIRNS *et al.*, 2010; LORENCINI; COSTA, 2012).

Em virtude da sofisticação das empresas e dos mercados, observa-se que grande parte do valor atribuível à entidade provém de parcelas intangíveis presentes em seu negócio, constituindo-se o principal meio de diferenciação entre as empresas, visto que são ativos não monetários advindos do conhecimento da entidade (EDVINSSON, 2002; MILONE, 2004; COLAUTO *et al.* 2009; ROLIM, 2009).

Com a finalidade de definir o tratamento contábil desses ativos, tem-se o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) como equivalência da IAS 38 – *Intangible Assets* emitida pelo IASB, nos instrumentos regulatórios brasileiros. Esse Pronunciamento determina os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgações específicas desse ativo (CPC 04, item 01), e traz, como usual nas IFRS, escolhas contábeis em algumas de suas principais fases de avaliação.

Posto que esse tem sido um tema debatido na literatura e ainda com divergências, este estudo pretende responder o seguinte questionamento: qual é o grau de comparabilidade das escolhas contábeis das companhias abertas brasileiras, em relação ao CPC 04? Em consequência, o objetivo deste estudo é averiguar se as escolhas contábeis contidas no CPC 04 têm permitido a comparabilidade das demonstrações financeiras das companhias abertas do Brasil.

A pesquisa será aplicada às entidades pertencentes aos setores de petróleo e gás e energia elétrica do Brasil, para os exercícios de 2010 a 2012, pois tratam-se dos setores com maior representatividade em ativos intangíveis entre as companhias abertas brasileiras e

almeja-se medir a evolução do grau de comparabilidade a partir do momento em que as normas internacionais tornaram-se de aplicação obrigatória no Brasil. Para medir o grau de comparabilidade das escolhas contábeis nos ativos intangíveis será utilizado o cálculo do índice *Herfindhal* (índice H), cuja finalidade é, de acordo com Taplin (2004), mensurar a probabilidade de selecionar, de forma aleatória, duas empresas de um mesmo país e essas empresas utilizarem os mesmos métodos contábeis.

Tendo em vista o crescente aumento da materialidade dos valores dos intangíveis e o objetivo das normas internacionais de contabilidade (adotadas no Brasil por meio dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo CPC), que é permitir a comparabilidade entre as demonstrações financeiras, considera-se relevante o desenvolvimento do presente estudo a fim de verificar se, na prática, as escolhas contábeis contidas no CPC 04 têm permitido a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Espera-se que essa pesquisa contribua para a prática contábil, ao demonstrar aos usuários das informações se elas são equiparáveis entre períodos e entre entidades, permitindo uma adequada análise econômico-financeira da entidade, e, conseqüentemente auxilie o processo de tomada de decisão. Para os elaboradores das normas contábeis os resultados desta pesquisa podem subsidiar futuras medidas visando tornar as demonstrações financeiras mais comparáveis ou entender que as normas contábeis são suficientes e adequadas.

Este trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção é apresentado o referencial teórico, onde se encontra uma breve revisão sobre escolhas contábeis, ativos intangíveis, comparabilidade e estudos anteriores. Na terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e na quarta seção a descrição e análise dos resultados. Têm-se na quinta seção, as considerações finais sobre as evidências encontradas nesse estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será descrito o referencial teórico no qual se embasou essa pesquisa, especificamente sobre os aspectos gerais da teoria das escolhas contábeis, ativos intangíveis, comparabilidade e estudos anteriores sobre o tema da pesquisa.

2.1 Escolhas Contábeis

De acordo com Sterzeck (2011), mudanças significativas têm ocorrido no ambiente e na regulamentação contábil internacional. Essas transformações refletiram não apenas na forma de se elaborar as demonstrações financeiras, mas, especialmente, reforçam uma mudança na postura por parte dos contadores, para que exerçam maior julgamento sobre as transações a serem contabilizadas (STERZECK, 2011).

Em muitos casos, os gestores têm opções acerca do reconhecimento, da mensuração e da divulgação dos eventos econômicos da entidade, o que resulta em um conseqüente julgamento quando da elaboração das demonstrações financeiras (MURCIA; WERGES, 2011). Apesar das IFRS trazerem certas restrições quanto ao tratamento contábil da informação financeira, essas normas permitem certo grau de discricionariedade quanto à escolha de procedimentos contábeis (COSENZA; GRATERON, 2003; MURCIA; WERGES, 2011). Escolhas contábeis tratam-se de qualquer decisão cujo objetivo fundamental é influenciar os resultados das informações contábeis a um caminho particular (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001).

Para Murcia e Werges (2011), as escolhas contábeis podem acontecer em três etapas no tratamento contábil das informações econômico-financeiras: a) no reconhecimento: escolha de qual maneira reconhecer determinado evento econômico ou ainda de não

reconhecê-lo (exemplo: reconhecer ou não um passivo ambiental); b) na mensuração: escolha de qual método contábil utilizar (exemplo: utilizar o método linear ou dos saldos decrescentes para o cálculo da amortização); e c) na divulgação da informação: escolha de evidenciar ou não determinada informação voluntária (exemplo: projeção de lucros futuros).

A existência de critérios múltiplos nas normas internacionais de contabilidade possibilita aos administradores escolher alternativas válidas com o objetivo de apresentar a informação da maneira desejada (PAULO, 2007; MURCIA; WERGES, 2011). O problema é que as escolhas contábeis são influenciadas por incentivos econômicos que os gestores da entidade têm, o que não deixaria de ser uma forma de gerenciamento de resultado (MURCIA; WERGES, 2011), que conflitaria com o objetivo precípua das IFRS que, de acordo com o CPC 26, item 1 é o de assegurar a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Murcia e Werges (2011, p. 31) relatam que a escolha de determinado método contábil em detrimento de outro pode ter várias motivações econômicas: “aumentar o lucro para aumentar a remuneração; aumentar o lucro para atender às projeções de analistas de mercado; diminuir o lucro para pagar menos impostos; diminuir o lucro para não despertar a atenção da mídia e dos sindicatos”.

Segundo Fields, Lys e Vincent (2001) nem todas as escolhas contábeis envolvem gerenciamento de resultado, pois o gerenciamento de resultados ultrapassa a escolha contábil. Agora, quando essas escolhas são direcionadoras e têm a intenção de atingir determinado objetivo, nesse caso específico, a ideia de escolha contábil é consistente com a de gerenciamento de resultado (FIELDS; LYS; VICENT, 2001).

2.2 Ativos Intangíveis

As normas internacionais de contabilidade continuam a representar uma meta para o IASB e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), mesmo passados dez anos do acordo de *Norwalk* (compromisso de eliminação das diferenças entre as normas emitidas por esses órgãos), visto que, além de outros fatores, a crise financeira contribuiu como condição desfavorável para o desenvolvimento do processo de convergência (DRAGU, 2010). Para essa autora, apesar desses elementos negativos esses órgãos continuam a colaborar na obtenção de um único conjunto de normas de contabilidade financeira, em virtude das implicações trazidas pelos fenômenos de globalização.

A sofisticação dos mercados e das empresas deu origem a um fenômeno onde grande parte do valor atribuível à entidade provém de parcelas intangíveis presentes em seu negócio (MILONE, 2004; ROLIM, 2009). Schmidt e Santos (2003) trazem que, gradativamente, têm-se percebido um crescente aumento da materialidade dos valores dos intangíveis na composição do patrimônio das entidades, provocado pela maior interdependência entre mercados financeiros e países.

Perez e Famá (2006) ressaltam que as organizações estão buscando novas formas de geração de valor, procurando a melhor interação entre ativos tangíveis e intangíveis, pois é dessa interação que se define o efetivo valor da empresa. Tornou-se manifesta a importância dos recursos intangíveis no sistema capitalista, especificamente com o avanço da tecnologia da informação e das telecomunicações, quando percebeu-se o desenvolvimento de estudos científicos oriundos da década de 1980 e o surgimento de um novo cenário que impôs mudanças às entidades atuais a fim de que elas pudessem manter seus negócios (SCHMIDT; SANTOS, 2003; AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2012).

O crescente aumento da materialidade dos valores dos intangíveis resulta problemas de como as entidades devem tratar contabilmente esses ativos. Assim, torna-se relevante verificar qual é o tratamento dado pelas normas internacionais “a esse item tão controverso da Contabilidade que é estudado com afinco a mais de um século sem que se tenha chegado

sequer a uma definição única, indicando então, a existência de um problema real a ser solucionado e também o vasto campo a ser desbravado” (SCHMIDT; SANTOS, 2003, p.1).

Para Dragu (2010) intangível é um ativo não-monetário, identificável e sem substância física, além de controlado e gerador de benefícios econômicos futuros (CPC 04, item 10). Segundo Rolim (2009), são exemplos comuns de intangíveis: *software*, direitos autorais, listas de clientes, franquias, relacionamentos com clientes e direito de comercialização.

Um ativo intangível, inicialmente, deve ser reconhecido pelo custo de aquisição ou de geração interna (ROLIM, 2009). Quanto à mensuração após reconhecimento, o CPC 04 estabelece que a entidade pode optar por reconhecer o ativo intangível pelo método de custo ou pelo método de reavaliação, se a opção pelo segundo método não estiver restringida por lei. No Brasil a reavaliação não é permitida devido à vedação imposta pela Lei 11.638/07 (ROLIM, 2009; AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2012).

No modelo de custo, o intangível deverá ser escriturado ao seu custo menos qualquer amortização e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (CPC 04, item 74). E no modelo de reavaliação um intangível será escriturado ao seu valor reavaliado, ou seja, seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer amortização acumulada subsequente e perda acumulada por redução ao valor recuperável (ROLIM, 2009).

2.3 Comparabilidade e Estudos Anteriores

O CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis “tem por objetivo determinar as bases para a apresentação de demonstrações contábeis no sentido de assegurar a comparabilidade tanto entre as demonstrações de períodos anteriores quanto com as demonstrações de outras entidades” (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 7). Com a finalidade de assegurar essa comparabilidade, surgiu o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, que “é um processo que busca preservar as particularidades inerentes a cada país, mas que permite reconciliar os sistemas contábeis com outros países de modo a melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas” (NIYAMA, 2010, p. 37).

Nesse sentido, surgiram estudos (STERGIOS; LASKARIDOU, 2008; CAIRNS *et al.*, 2010; DRAGU, 2010; TUDOR; DRAGU, 2010; HALLER; WEHRFRITZ, 2013) para verificar, na prática contábil, se as normas internacionais têm conseguido assegurar a comparabilidade, como proposto pelo IASB. Cairns *et al.* (2010) investigaram o uso do valor justo em 228 empresas britânicas e australianas e constataram que houve um aumento no uso de mensuração a valor justo de instrumentos financeiros e pagamento baseado em ações quando essa utilização era obrigatória. Segundo esses autores, quando a mensuração ao valor justo era de uso facultativo, a comparabilidade não foi encontrada, sugerindo uma abordagem conservadora e/ou falta de incentivos à utilização de mensuração do valor justo para a maioria das empresas analisadas.

Dragu (2010) e Tudor e Dragu (2010) ao analisarem, respectivamente, 50 empresas listadas na Bolsa de Valores de Londres e 51 companhias abertas listadas em cinco países europeus, verificaram um elevado nível de comparabilidade para a avaliação de ativos intangíveis. Muitas práticas contábeis analisadas por elas obtiveram, se não os valores máximos de harmonização, uma tendência visível à harmonização. Stergios e Laskaridou (2008) encontraram resultados similares ao analisarem 270 empresas gregas listadas na Bolsa de Valores de Atenas, antes e depois da adoção obrigatória das normas internacionais de contabilidade, constatando que a comparabilidade evoluiu positiva e significativamente.

Por outro lado, Haller e Wehrfritz (2013) encontraram que as IFRS não necessariamente levam à demonstrações financeiras harmônicas quando essas normas fornecem flexibilidade na sua aplicação. Ao analisarem 182 companhias abertas da Alemanha e 192 do Reino Unido em 2005, e, 213 alemãs e 224 britânicas em 2009, verificaram que as

demonstrações contábeis diferem entre os dois países, indicado que a comparabilidade pode ser afetada negativamente pela influência de fatores específicos de cada país. Para esses autores, abolir ou reduzir as escolhas contábeis explícitas contidas nas IFRS seria uma opção política para reduzir as diferenças e promover a comparabilidade.

Quando se deseja medir o grau de comparabilidade entre as práticas contábeis das entidades, analisa-se, segundo Tudor e Dragu (2010), se elas têm adotado os mesmos métodos ou tratamentos contábeis para cada elemento ou grupo do Balanço Patrimonial. Pode-se mensurar esse grau de comparabilidade por meio do cálculo de índices, como, por exemplo, o H, o I, o C e o T (TAPLIN, 2004).

O índice H é utilizado quando o que se deseja é medir a comparabilidade das informações contábeis de diferentes entidades em um mesmo país (VAN DER TAS, 1988). O índice C é utilizado quando uma empresa recorre a mais de um método contábil e o índice I é aplicado quando se deseja comparar empresas de diferentes países, porém, sem se preocupar em dar maior peso àquele país cuja amostra de empresas analisadas foi maior (TAPLIN, 2004). Já o índice T (*T index*), busca trazer em um único índice as especificidades contidas nos três anteriores, sendo, no entanto, a generalização dos índices H, I e C (TAPLIN, 2010).

Todavia, vale salientar que, apesar do índice T ser o mais completo, quando utilizado para medir a comparabilidade das demonstrações financeiras de empresas situadas em um mesmo país (*T National Index*) trata-se da mesma metodologia utilizada para medir a comparabilidade por meio do índice H, o mais simples (FABIANO, 2012).

3 METODOLOGIA

O estudo, de caráter descritivo, utilizará de pesquisa documental, pela utilização de fontes primárias (demonstrações contábeis e notas explicativas), que ainda não foram objeto de análise (MARTINS; THEÓPHILO, 2009). Quanto à abordagem, classifica-se como qualitativo e quantitativo. Classifica-se como qualitativo, em virtude das análises das notas explicativas divulgadas e, como quantitativo, em consequência dos tratamentos estatísticos realizados nos dados coletados (cálculo do índice H).

A amostra da pesquisa é composta por 49 companhias abertas brasileiras pertencentes aos setores de petróleo e gás e energia elétrica para os exercícios de 2010 a 2012 (QUADRO 1). A escolha dessas entidades se deu por tratar-se dos setores com maior representatividade de ativo intangível entre as companhias abertas do Brasil, perfazendo um intangível total de R\$170.395.532 em milhares de reais, o que representa 31,93% do intangível total de todas as entidades pertencentes ao mercado de capitais do Brasil, em 2012.

Quadro 1: Amostra do Estudo - Empresas do Setor de Petróleo e Gás e Energia Elétrica, em 2012.

DESCRIÇÃO DAS ENTIDADES	SETORES	
	Petróleo e Gás	Energia Elétrica
Total de Entidades	11	60
(-) Entidades excluídas: não possuem ativos intangíveis constituídos em suas demonstrações contábeis nos períodos analisados ou não eram companhias abertas em algum dos três períodos analisados.	(05)	(17)
(=) Número de entidades analisadas	06	43

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A escolha para análise dos exercícios de 2010 a 2012 ocorreu pelo fato de que a obrigatoriedade da adoção das IFRS para as companhias abertas brasileiras se deu a partir do exercício findo em 2010 (Instrução da CVM 457/2007). A fim de se avaliar a evolução da comparabilidade das informações, entendeu-se relevante considerar os últimos exercícios, a contar desta data. A busca pelas entidades e valores do intangível ocorreu pelo *software* do

Economática e a busca das demonstrações contábeis e notas explicativas se deu pelo *site* da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Selecionadas as empresas que compõem a amostra e reunidas as suas demonstrações financeiras e notas explicativas, é necessário identificar as escolhas ou métodos contábeis possíveis às entidades por meio do CPC 04. No Quadro 2 são apresentadas as escolhas contábeis permitidas, às quais serão analisadas em cada principal etapa de avaliação dos ativos intangíveis.

Quadro 2: Fases de avaliação e escolhas contábeis a serem analisadas.

ETAPA	ESCOLHA CONTÁBIL
Reconhecimento	Determinado elemento patrimonial intangível é reconhecido no ativo da entidade?
Avaliação	Avaliação inicial: custo de aquisição ou custo de produção?
	Avaliação posterior: método do custo ou valor justo?
Impairment	A entidade aplica o teste <i>impairment</i> ?
	A entidade amortiza os elementos do intangível reconhecidos?
	Amortização: método da amortização linear, amortização a saldos decrescentes, amortização pela produção ou outro método?

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A análise se dará para cada uma das três principais etapas de ativos intangíveis: reconhecimento, avaliação e *impairment*, determinando o número de tratamentos contábeis utilizados, os não utilizados e os não mencionados nas políticas contábeis dos relatórios em análise. Assim, será calculada a frequência relativa e índice de comparabilidade para cada etapa de avaliação e para cada elemento do ativo intangível reconhecido, e depois, far-se-á uma média desses índices, com a finalidade de encontrar o valor do grau de comparabilidade do ativo intangível das entidades analisadas.

Para medir o grau de comparabilidade das escolhas contábeis será utilizado o índice H, cuja fórmula encontra-se no estudo de Van der Tas (1988, p. 159):

$$H = \sum_{i=1}^n pi^2 \quad (1)$$

Onde H representa o índice *Herfindahl*, n consiste no número de alternativas de métodos contábeis disponíveis, pi é a frequência relativa em correlação com o método contábil i , que tem um valor que varia de 1 a n (TAPLIN, 2003). Quanto à análise do índice, a escala varia de 0 a 1, onde 1 assume o valor máximo, que por sua vez leva à conclusão de um grau de comparabilidade máximo para este elemento (todas as empresas utilizam o mesmo método) e 0 assume o valor mínimo, o que leva à conclusão de que não há comparabilidade (VAN DER TAS, 1988; TAPLIN, 2004; TUDOR, DRAGU, 2010).

Com a finalidade de interpretar o grau de comparabilidade das escolhas contábeis, foi utilizado como parâmetro o Quadro 3, baseado nos resultados da pesquisa de Tudor e Dragu (2010).

Quadro 3: Interpretação do índice H

Índice H	Nível de Comparabilidade
entre 0,700 e 1,000	alta harmonização
entre 0,500 e 0,699	média harmonização
entre 0,000 e 0,499	baixa harmonização

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A metodologia desta pesquisa foi, de forma complementar, baseada nos estudos de Dragu (2010) e Tudor e Dragu (2010) que, assim como neste trabalho, tinham a finalidade de medir o grau de comparabilidade de práticas contábeis de ativos intangíveis.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

No que tange à análise dos dados, serão apresentadas as escolhas contábeis referentes ao reconhecimento, à avaliação e ao *impairment* de cada um dos elementos constituídos no ativo intangível. Quanto ao reconhecimento, tem-se que as empresas analisadas reconheceram os seguintes elementos de ativo intangível: contrato de concessão, *goodwill*, *software* e outros intangíveis (constituído por um contrato com clientes, uma servidão de passagem e sete elementos patrimoniais denominados “outros intangíveis” pelas próprias entidades em suas demonstrações financeiras).

Em relação à avaliação, o estudo foi decomposto em duas partes, sendo que a primeira compreende a avaliação inicial dos elementos do ativo intangível e a segunda, a avaliação posterior (mensuração após o reconhecimento). A terceira etapa analisada (*impairment*) foi dividida em três partes: utilização ou não do teste *impairment*, utilização ou não de algum método de amortização e o método de amortização escolhido pelas entidades. Na Tabela 1 segue as escolhas contábeis quanto aos contratos de concessão.

Tabela 1: Avaliação do Ativo Intangível Contrato de Concessão.

ESCOLHA CONTÁBIL	Número de Empresas			Frequência Relativa			Índice H		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Reconhecimento	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Reconhece	44	44	44	0,898	0,898	0,898	0,817	0,817	0,817
b) Não reconhece	5	5	5	0,102	0,102	0,102			
Avaliação Inicial	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Custo de aquisição	30	29	29	0,612	0,592	0,592			
b) Custo de produção	0	0	0	0,000	0,000	0,000	0,467	0,454	0,454
c) Ambos	14	15	15	0,286	0,306	0,306			
d) Não mencionado	5	5	5	0,102	0,102	0,102			
Avaliação Posterior	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Método de custo	15	15	15	0,306	0,306	0,306	0,575	0,575	0,575
b) Valor justo	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Não mencionado	34	34	34	0,694	0,694	0,694			
Teste <i>Impairment</i>	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Usado	43	43	43	0,878	0,878	0,878	0,785	0,785	0,785
b) Não usado	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Não mencionado	6	6	6	0,122	0,122	0,122			
Amortização	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Usado	43	43	43	0,878	0,878	0,878	0,781	0,781	0,781
b) Não usado	1	1	1	0,020	0,020	0,020			
c) Não mencionado	5	5	5	0,102	0,102	0,102			
Métodos de Amortização	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Método linear	26	26	27	0,531	0,531	0,551			
b) Método saldos decrescentes	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Método unidades produzidas	2	2	2	0,041	0,041	0,041	0,368	0,368	0,383
d) Outros métodos	11	11	11	0,224	0,224	0,224			
e) Mais de um método	1	1	1	0,020	0,020	0,020			
d) Não mencionado	9	9	8	0,184	0,184	0,163			

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Quanto aos contratos de concessão têm-se que a maioria das companhias abertas analisadas (89,8%) os reconheceu nos três períodos analisados, o que reflete em um alto grau de comparabilidade (0,817) (TABELA 1). Quanto à avaliação inicial tem-se que as entidades se dividem em reconhecê-los pelo custo de aquisição ou ambos (custo de aquisição e custo de produção), o que resultou em um índice de comparabilidade baixo.

No que tange aos métodos de amortização escolhidos pelas empresas, estes variam entre método linear, método próprio (outros métodos), método das unidades produzidas ou mais de um método (respectivamente, de acordo com o grau de preferência), o que resultou

em um baixo grau de comparabilidade nos três períodos analisados (0,368, 0,368 e 0,383, respectivamente). Esse resultado significa que, se duas entidades forem selecionadas aleatoriamente em 2012, por exemplo, há 38,3% de chance que elas tenham optado pelos mesmos métodos contábeis de amortização dos contratos de concessão.

Das entidades que reconhecem contratos de concessão, apenas uma não mencionou se utiliza o teste *impairment*, todas as demais mencionaram utilizá-lo (TABELA 1). Em relação à amortização, apenas uma empresa menciona não amortizar os contratos de concessão reconhecidos (TABELA 1).

Na Tabela 2 tem-se a avaliação do *goodwill*, em que, apenas onze empresas o reconheceram em 2010 e 2011 e doze o reconheceram em 2012. Para esse elemento, o índice H foi de 0,652 nos dois primeiros anos e 0,630 no ano de 2012, o que pode ser interpretado como um grau médio de harmonização. Os resultados dessa pesquisa divergiram-se dos resultados da pesquisa de Tudor e Dragu (2010) que, ao analisarem 51 companhias abertas listadas em cinco países europeus, encontrou um grau de comparabilidade máximo (índice H igual a um), o que demonstra que todas as entidades reconheceram *goodwill* em suas demonstrações financeiras.

Tabela 2: Avaliação do Ativo Intangível *Goodwill*.

ESCOLHA CONTÁBIL	Número de Empresas			Frequência Relativa			Índice H		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Reconhecimento	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Reconhece	11	11	12	0,224	0,224	0,245	0,652	0,652	0,630
b) Não reconhece	38	38	37	0,776	0,776	0,755			
Avaliação Inicial	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Custo de aquisição	11	11	12	0,224	0,224	0,245			
b) Custo de produção	0	0	0	0,000	0,000	0,000	0,652	0,652	0,630
c) Ambos	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
d) Não mencionado	38	38	37	0,776	0,776	0,755			
Avaliação Posterior	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Método de custo	0	0	0	0,000	0,000	0,000	1,000	1,000	1,000
b) Valor justo	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Não mencionado	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
Teste <i>Impairment</i>	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Usado	11	11	12	0,224	0,224	0,245	0,652	0,652	0,630
b) Não usado	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Não mencionado	38	38	37	0,776	0,776	0,755			
Amortização	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Usado	6	6	7	0,122	0,122	0,143	0,627	0,627	0,601
b) Não usado	5	5	5	0,102	0,102	0,102			
c) Não mencionado	38	38	37	0,776	0,776	0,755			
Métodos de Amortização	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Método linear	5	5	6	0,102	0,102	0,122			
b) Método saldos decrescentes	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Método unidades produzidas	0	0	0	0,000	0,000	0,000	0,747	0,747	0,717
d) Outros métodos	2	2	2	0,041	0,041	0,041			
e) Mais de um método	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
d) Não mencionado	42	42	41	0,857	0,857	0,837			

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Das entidades que reconhecem o *goodwill*, todas evidenciaram que a avaliação inicial é feita pelo método de custo de aquisição (devido à vedação do reconhecimento do *goodwill* adquirido) (TABELA 2). As outras entidades, por não o reconhecerem, não o evidenciaram, o que refletiu em um grau de comparabilidade médio para os três períodos: 0,652, 0,652 e 0,630, respectivamente. Quanto à avaliação posterior, tem-se um índice H igual a um, representando um grau máximo de comparabilidade, em virtude de todas as entidades não evidenciarem qual método utilizam para mensuração após o reconhecimento do *goodwill*.

Quanto ao uso ou não do teste *impairment*, tem-se que todas as entidades que reconheceram o *goodwill* mencionaram em notas explicativas que o utilizam (TABELA 2). As outras empresas, por não o reconhecerem, não o evidenciaram, o que refletiu em um grau de comparabilidade médio para os três períodos. Em relação à utilização da amortização, tem-se que as entidades que reconheceram o *goodwill* se dividem em amortizá-los e não amortizá-los. As que não mencionaram, não o fizeram porque não os reconheceram. Assim, tem-se um grau de comparabilidade médio (aproximadamente 0,627) para os três períodos analisados. Quando as empresas amortizam o *goodwill*, em sua maioria, optam pelo método linear ou, em menor quantidade, por outro método próprio, definido pela entidade.

Os resultados dessa pesquisa foram conflitantes com os resultados de Tudor e Dragu (2010) que, constataram que 96% das entidades analisadas por eles amortizam ou não mencionam amortizar o *goodwill* reconhecido. As duas companhias que evidenciaram amortizar, se dividiram entre o método linear e o método das unidades produzidas.

A Tabela 3 traz a avaliação do *software*. Quanto ao reconhecimento, tem-se um grau de comparabilidade médio nos três períodos, porém decrescente. Em relação à avaliação inicial, todas as entidades que reconheceram o *software* como ativo intangível ou o avaliam pelo custo de aquisição (preferencialmente) ou ambos (aquisição e produção). O índice H teve o seu valor máximo quanto à avaliação posterior (o que significa um grau máximo de comparabilidade), posto que nenhuma empresa evidenciou qual método utilizava para mensurar seu ativo após o reconhecimento.

Tabela 3: Avaliação do Ativo Intangível *Software*.

ESCOLHA CONTÁBIL	Número de Empresas			Frequência Relativa			Índice H		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Reconhecimento	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Reconhece	14	16	17	0,286	0,327	0,347	0,592	0,560	0,547
b) Não reconhece	35	33	32	0,714	0,673	0,653			
Avaliação Inicial	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Custo de aquisição	9	11	12	0,184	0,224	0,245			
b) Custo de produção	0	0	0	0,000	0,000	0,000	0,554	0,514	0,497
c) Ambos	5	5	5	0,102	0,102	0,102			
d) Não mencionado	35	33	32	0,714	0,673	0,653			
Avaliação Posterior	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Método de custo	0	0	0	0,000	0,000	0,000	1,000	1,000	1,000
b) Valor justo	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Não mencionado	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
Teste <i>Impairment</i>	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Usado	11	14	16	0,224	0,286	0,327	0,652	0,592	0,560
b) Não usado	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Não mencionado	38	35	33	0,776	0,714	0,673			
Amortização	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Usado	13	16	17	0,265	0,327	0,347	0,610	0,560	0,547
b) Não usado	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Não mencionado	36	33	32	0,735	0,673	0,653			
Métodos Amortização	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Método linear	12	15	16	0,245	0,306	0,327			
b) Método saldos decrescentes	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Método unidades produzidas	0	0	0	0,000	0,000	0,000	0,630	0,575	0,560
d) Outros métodos	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
e) Mais de um método	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
d) Não mencionado	37	34	33	0,755	0,694	0,673			

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Das companhias abertas que reconheceram o *software* como elemento do ativo intangível, a maioria (78,57%, 87,50% e 94,11%, respectivamente) evidenciou que utiliza o teste *impairment*, o mesmo ocorreu com a utilização da amortização (92,85%, 100% e 100%,

respectivamente) (TABELA 3). Em relação aos métodos de amortização, quando as companhias evidenciaram quais métodos utilizaram, optaram pelo da amortização linear.

A tabela 4 traz a avaliação dos outros intangíveis, que são representados por um contrato com clientes, uma servidão de passagem e sete elementos patrimoniais denominados “outros intangíveis” pelas próprias entidades em suas demonstrações contábeis. Da análise dessa Tabela tem-se que o índice H foi alto (0,700) em todas as fases de avaliação analisadas e em todos os períodos, o que representa um elevado índice de comparabilidade. Exceto quanto à avaliação posterior, que, em todos os períodos teve o seu valor máximo (índice H igual a um), em virtude de nenhuma entidade ter evidenciado qual método de mensuração após o reconhecimento utilizavam para avaliar seus outros intangíveis.

Tabela 4: Avaliação do Ativo Intangível Outros Intangíveis.

ESCOLHA CONTÁBIL	Número de Empresas			Frequência Relativa			Índice H		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Reconhecimento	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Reconhece	9	9	9	0,184	0,184	0,184	0,700	0,700	0,700
b) Não reconhece	40	40	40	0,816	0,816	0,816			
Avaliação Inicial	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Custo de aquisição	9	9	9	0,184	0,184	0,184			
b) Custo de produção	0	0	0	0,000	0,000	0,000	0,700	0,700	0,700
c) Ambos	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
d) Não mencionado	40	40	40	0,816	0,816	0,816			
Avaliação Posterior	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Método de custo	0	0	0	0,000	0,000	0,000	1,000	1,000	1,000
b) Valor justo	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Não mencionado	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
Teste de <i>Impairment</i>	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Usado	9	9	9	0,184	0,184	0,184	0,700	0,700	0,700
b) Não usado	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Não mencionado	40	40	40	0,816	0,816	0,816			
Amortização	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Usado	9	9	9	0,184	0,184	0,184	0,700	0,700	0,700
b) Não usado	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Não mencionado	40	40	40	0,816	0,816	0,816			
Métodos de Amortização	49	49	49	1,000	1,000	1,000			
a) Método linear	9	9	9	0,184	0,184	0,184			
b) Método dos saldos decrescentes	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Método de unidades produzidas	0	0	0	0,000	0,000	0,000	0,700	0,700	0,700
d) Outros métodos	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
e) Mais de um método	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
d) Não mencionado	40	40	40	0,816	0,816	0,816			

Fonte: Elaborada pelas autoras.

O cálculo da média para cada um dos intangíveis, bem como para cada escolha contábil, são apresentados na Tabela 5. Os resultados da segunda coluna (ÍNDICE H) representam as médias dos índices calculados e apresentados nas tabelas anteriores, enquanto os resultados da última coluna (ÍNDICE H GERAL) consistem em médias gerais para as três fases principais de intangíveis: reconhecimento, avaliação e *impairment*.

Partindo-se para a análise dos valores agregados do índice H (TABELA 5), quanto ao reconhecimento, tem-se que, para os três anos analisados, o grau de comparabilidade foi médio e com valores decrescentes para os três períodos analisados. Em relação à avaliação, tem-se que a avaliação posterior tende a ser mais harmônica (0,894 para os três períodos) que a avaliação inicial (0,593, 0,580 e 0,570, respectivamente), o que corrobora com os resultados dos estudos de Tudor e Dragu (2010). Quando analisadas em conjunto (avaliação inicial e avaliação posterior), resultam em um alto grau de harmonização, entretanto, com valores decrescentes nos três anos (0,744, 0,737 e 0,732, respectivamente).

Tabelas 05: Valores Agregados para o Índice H.

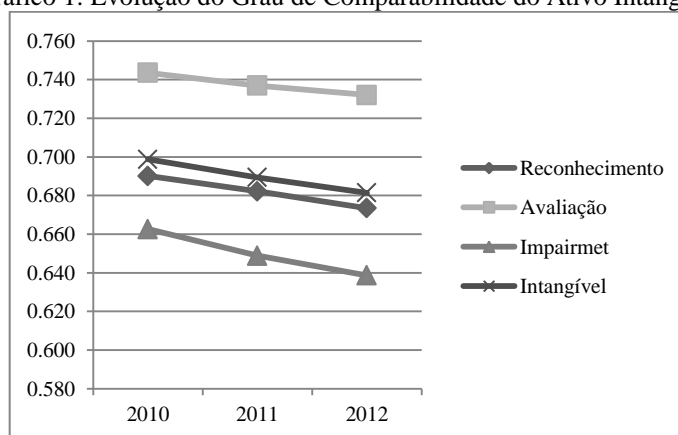
ESCOLHA CONTÁBIL	ÍNDICE H			ÍNDICE H GERAL		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
RECONHECIMENTO						
Contratos de concessão	0,817	0,817	0,817			
Goodwill	0,652	0,652	0,630	0,690	0,682	0,673
Software	0,592	0,560	0,547			
Outros intangíveis	0,700	0,700	0,700			
AVALIAÇÃO						
Avaliação Inicial	0,593	0,580	0,570	0,744	0,737	0,732
Avaliação Posterior	0,894	0,894	0,894			
IMPAIRMENT						
Teste Impairment	0,697	0,682	0,669			
Amortização	0,680	0,667	0,657	0,663	0,649	0,639
Métodos de Amortização	0,611	0,597	0,590			
ÍNDICE GERAL DO ATIVO INTANGÍVEL				0,699	0,689	0,681

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A terceira e última fase (*impairment*), apesar de apresentar um grau de harmonização médio, se comparada às demais fases analisadas (reconhecimento e avaliação), apresentou os menores índices de comparabilidade para os três anos (0,663, 0,649 e 0,639, respectivamente), divergindo-se dos resultados de Tudor e Dragu (2010), cujos menores índices de comparabilidade foram encontrados na fase de avaliação. Quando se analisam as três etapas do *impairment*, tem-se que a utilização do teste *impairment* tende a ser a mais comparável (0,697, 0,682 e 0,669, para 2010, 2011 e 2012) e os métodos de amortização os menos comparáveis (0,611, 0,597 e 0,6590, respectivamente).

Ao se analisar o índice H do intangível como um todo para os exercícios de 2010, 2011 e 2012 tem-se que os setores de petróleo e gás e energia elétrica tendem a apresentar demonstrações financeiras comparáveis, visto que tiveram, em média, um grau de comparabilidade médio, entretanto, com valores decrescentes, como pode-se verificar no Gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução do Grau de Comparabilidade do Ativo Intangível.



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Assim, o índice H do ativo intangível das companhias abertas analisadas foi médio e apresenta valores decrescentes ao longo do tempo, em virtude da diversidade de escolhas contábeis evidenciadas nas demonstrações financeiras e notas explicativas das entidades analisadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi averiguar se as escolhas contábeis contidas no CPC 04 têm permitido a comparabilidade das demonstrações financeiras das companhias abertas brasileiras, como proposto pelo IASB. Para isso, foram analisadas as companhias abertas brasileiras pertencentes aos setores de petróleo e gás e energia elétrica nos períodos de 2010 a 2012.

Os resultados da pesquisa sugerem que, apesar da existência de escolhas contábeis, o CPC 04 permite a comparabilidade dos ativos intangíveis, corroborando com os resultados da pesquisa de Tudor e Dragu (2010). O grau de comparabilidade das demonstrações financeiras analisadas foi médio para os três períodos (0,699, 0,689, e 0,681 para 2010, 2011 e 2012, respectivamente), porém, decrescente. Esse resultado significa, por exemplo, que para o exercício de 2010, se duas entidades forem selecionadas de forma aleatória, há 69,9% de chance das entidades utilizarem os mesmos métodos contábeis em relação aos seus ativos intangíveis.

Percebe-se, no entanto que, embora o ativo intangível tenha apresentado um índice de comparabilidade médio, em nenhuma das etapas analisadas ele obteve o seu valor máximo, ou valores próximos a um, ou seja, o grau máximo de comparabilidade. Assim, a inexistência ou redução das escolhas contábeis poderia reduzir as divergências nas demonstrações financeiras e, em consequência, aumentaria a comparabilidade, como sugerido na pesquisa de Haller e Wehrfritz (2013).

Os métodos de amortização, por exemplo, tiveram um dos valores mais baixos de índices de comparabilidade, em virtude de possuírem, no mínimo, cinco escolhas contábeis possíveis (método linear, método dos saldos decrescentes, método das unidades produzidas, outros métodos ou não evidenciar). Já a avaliação posterior, ao contrário, teve os índices de comparabilidade com valores mais altos, em virtude da vedação da lei brasileira à reavaliação ao valor justo. Esse índice só não teve um grau máximo de comparabilidade em virtude de que algumas companhias abertas não evidenciaram qual método utilizaram para avaliação após o reconhecimento.

Essa pesquisa complementou estudos anteriores (exemplo: CAIRNS *et al.*, 2010, TUDOR; DRAGU, 2010 e HALLER; WEHRFRITZ, 2013) e buscou contribuir com a literatura internacional, ao identificar, no cenário brasileiro, que as escolhas contábeis contidas no CPC 04 possibilitam a comparabilidade das demonstrações contábeis das companhias abertas, como objetiva as IFRS (nesse caso, IAS 38). Ademais, tencionou contribuir com a prática contábil ao demonstrar aos usuários das informações contábeis que elas são equiparáveis entre períodos e entre entidades, permitindo uma melhor análise econômico-financeira, para uma tomada de decisão mais confiável.

Para os reguladores e elaboradores das normas contábeis a pesquisa trouxe evidências acerca do grau de comparabilidade das demonstrações financeiras em relação ao ativo intangível: apresenta um grau de comparabilidade médio (e em nenhum momento com valor máximo ou próximo a ele) e com a tendência de reduzir a comparabilidade com o passar dos anos. Esses resultados podem subsidiar futuras medidas visando tornar as demonstrações contábeis mais harmônicas ou entender as normas internacionais suficientes e adequadas.

Como limitações ao presente estudo, tem-se que, dentro dos dois setores analisados, não foi possível avaliar as demonstrações contábeis e notas explicativas de 22 empresas em virtude de não possuírem saldos de ativos intangíveis em algum dos períodos em análise ou em todos, ou por terem se tornado companhias abertas durante o período analisado.

Ademais, a análise foi restrita ao ativo intangível (CPC 04), às entidades pertencentes aos setores de petróleo e gás e energia elétrica e aos períodos de 2010 a 2012. Assim, não foram analisados os outros grupos do Balanço Patrimonial, ou outros Pronunciamentos Técnicos ou períodos. Em consequência, esta pesquisa limitou-se à análise de um pequeno

número de empresas, o que acarretou a impossibilidade de efetuar generalizações dos resultados para o restante das companhias abertas do Brasil, o que não impediu que os resultados fossem tratados como indicativos de tendências da existência de comparabilidade entre as demonstrações financeiras.

Sugere-se como futuras pesquisas a análise de períodos anteriores aos aqui dispostos; ou de outros setores econômicos ou de todas as companhias abertas brasileiras; ou que se analisem as escolhas contábeis contidas em outros Pronunciamentos Técnicos buscando resultados que corroborem, complementem ou confrontem os aqui descritos, e, conseqüentemente promovam o avanço da Teoria.

REFERÊNCIAS

AVELINO, B. C.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 22-45, 2012.

CAIRNS, D.; MASSOUDI, D.; TAPLIN, R.; TARCA, A. IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. **The British Accounting Review**, v. xxx, p. 1-21, 2010.

CHAND, P.; WHITE, M. A critique of the influence of globalization and convergence of accounting standards in Fiji. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 18, n. 5, p. 605-22, 2007.

COLAUTO, R. D.; NASCIMENTO, P. S.; AVELINO, B. C.; BISPO, O. N. A. Evidenciação de Ativos Intangíveis Não Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 1, p. 142-169, 2009.

COMITÊ DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **CPC 04** – Ativo Intangível. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>. Acesso em: 18/05/2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **CPC 26** - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>. Acesso em: 18/05/2013.

COSENZA, J.; GRATERON, I. A auditoria da contabilidade criativa. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 143, p. 43-61, 2003.

DELLOITTE TOUCHE TOHMATSU. IFRS ao seu alcance. Um guia para o aperfeiçoamento dos conceitos do padrão contábil global. **DELLOITTE**. 2012. Disponível em: <http://www.deloitte.com>. Acesso em: 18/05/2013.

DRAGU, I. M. Diversity of national and international accounting practices: the case of intangible assets. **Directory of Open Access Journals**. University of Oradea. 2010.

EDVINSSON, L. The new knowledge economics. **Business Strategy Review**, v. 13, n. 3, p. 72-76, 2002.

FABIANO, D. **O nível de comparabilidade contábil dos países do BRIC**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Administração, Uberlândia, 2012.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 255-307, 2001.

HALLER, A.; WEHRFRITZ, M. The impact of national GAAP and accounting traditions on IFRS policy selection: Evidence from Germany and the UK. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 22, p. 39-56, 2013.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades. De acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES, S. CARVALHO, N. **Contabilidade Internacional para Graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, J. B. N. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil**. 2010. 244 f. Tese (Doutorado) Curso de Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LORENCINI, F. D.; COSTA, F. M. Escolhas Contábeis no Brasil: identificação das características das companhias que optam pela manutenção versus baixa dos saldos do ativo diferido. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 23, n. 58, 2012.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MILONE, M. C. M. **Cálculo do valor de ativos intangíveis**: uma metodologia alternativa para a mensuração do valor das marcas. 2004. 124 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MURCIA, F. D.; WERGWS, A. Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações *versus* gerenciamento de resultados. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 2, p. 28-44, 2011.

OLIVEIRA, V. A.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 22, n. 56, p.155-173, 2011.

PAULO, E. **Manipulação das informações contábeis**: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade e Finanças**, v.17, n.40, p. 7-24, 2006.

ROLIM, M. V. **Estudo do nível de *disclosure* dos ativos intangíveis das empresas britânicas pertencentes ao índice FTSE 100**. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2009.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. Ativos Intangíveis nas Normas Internacionais – IASB. In: Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 9, 2003, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado/RS: Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <<http://www.ccontabeis.com.br/conv/t01.pdf>>. Acesso em: 18/05/2013.

STERGIOS, A.; LASKARIDOU, E. C. Have met IASs Accounting Harmonization? The case of Greek Listed Companies. **International Conference on Applied Economics**, p. 51-60, ICOAE, 2008.

STERZECK, G. **O efeito da convergência contábil sobre o conservadorismo das instituições financeiras**. 2011. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TAPLIN, R. H. A unified approach to the measurement of international accounting harmony. **Accounting and Business Research**, v. 34, n. 1, p. 57-73, 2004.

TAPLIN, R. H. Statistical inference using the T index to quantify the level of comparability between accounts. **Accounting and Business Research**, v. 40, n. 1, p. 75-103, 2010.

TUDOR, A. T; DRAGU, I. M. Impact of International Financial Reporting Standards on Accounting Practices Harmonization within European Union – Particular Case of Intangible Assets. **Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica**, v. 12, n. 1, p. 191-206, 2010.

VAN DER TAS, L. G. Measuring Harmonization of Financial Reporting Practice. **Accounting and Business Research**, v. 18, n. 70, p. 157-169, 1988.